



INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO: ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS TERRITORIAIS NO NORDESTE DO BRASIL OITOCENTISTA – SUAS GEOGRAFIAS, SEUS AUTORES

Renan Rubert Rosas Neto

Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Maceió, Brasil

renan.neto@igdema.ufal.br

RESUMO – Durante décadas, os institutos arqueológicos, geográficos e históricos, se constituíram nos principais espaços de produção de conhecimentos geográficos no Brasil. O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGA, consiste na segunda instituição da sua natureza implantada no território brasileiro, ainda no século XIX. Buscamos no presente trabalho, analisar a importância desse espaço de produção e difusão de conhecimentos sobre o território alagoano, mostrando a geografia produzida, especialmente pelos autores clássicos da então Província das Alagoas do século XIX e início do século XX, a exemplo de João Francisco Dias Cabral, Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão e Themistocles Soares de Albuquerque Leão, que desenvolveram estudos seminais à compreensão do atual estado de Alagoas. Temas como formação territorial, cidades, produção agrícola e cultural, dentre outros, foram pioneiramente por eles abordados, constituindo base para estudos posteriores. Consonante com as proposições teóricas adotadas (Almeida, 2003; Berdoulay, 1999; Moraes, 1996 e 2008; Tenório e Dantas, 2007; IHGAL, 2008; Detoni, 2021; Carvalho, 2015), o trabalho apresentado foi desenvolvido a partir de três etapas: (a) pesquisa bibliográfica sobre o tema e a trajetória do pensamento geográfico no Brasil; (b) visitas de reconhecimento do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL (atual denominação do IAGA) e (c) pesquisa documental. Dessa forma, foi possível concluir que o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGA, cumpriu papel basilar no que diz respeito a sistematização e produção de conhecimentos sobre o território alagoano, especialmente do período que se estende da sua fundação, ao advento da institucionalização do ensino universitário em Alagoas, nos meados do século XX..

Palavras-chave: Pensamento Geográfico; Alagoas; Século XIX.

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO: ESPACIO DE PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS TERRITORIALES EN EL NORDESTE DEL BRASIL DEL SIGLO XIX - SUS GEOGRAFÍAS, SUS AUTORES

RESUMEN – Durante décadas, los institutos arqueológicos, geográficos e históricos, se constituyeron en los principales espacios de producción de conocimientos geográficos en Brasil. El Instituto Archeologico e Geographico Alagoano - IAGA, consiste en la segunda institución de su naturaleza implantada en el territorio brasileño, aún en el siglo XIX. Buscamos en el presente trabajo, analizar la importancia de ese espacio de producción y difusión de conocimientos sobre el territorio alagoano, mostrando la geografía producida, especialmente por los autores clásicos de la entonces Provincia de las Alagoas del siglo XIX y principios del siglo XX, a ejemplo de João Francisco Dias Cabral, Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão y Themistocles Soares de Albuquerque Leão, que desarrollaron estudios seminales a la comprensión del actual estado de Alagoas. Temas como formación territorial, ciudades, producción agrícola y cultural, entre otros, fueron pioneros por ellos abordados, constituyendo la base para estudios posteriores. En consonancia con las proposiciones teóricas adoptadas (Almeida, 2003; Berdoulay, 1999; Moraes, 1996 e 2008; Tenório e Dantas, 2007; IHGAL, 2008; Detoni, 2021; Carvalho, 2015), el trabajo presentado fue desarrollado a partir de tres

etapas: (a) investigación bibliográfica sobre el tema y la trayectoria del pensamiento geográfico en Brasil; (b) visitas de reconocimiento del acervo del Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL (actual denominación del IAGA) y (c) investigación documental. De esta forma, fue posible concluir que el Instituto Archeologico e Geographico Alagoano - IAGA, cumplió papel basilar en lo que respecta a la sistematización y producción de conocimientos sobre el territorio Alagoano, especialmente del período que se extiende de su fundación, el advenimiento de la institucionalización de la enseñanza universitaria en Alagoas, a mediados del siglo XX.

Palabras Claves: Pensamiento Geográfico; Alagoas; Siglo XIX.

**INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO: SPACE OF
PRODUCTION OF TERRITORIAL KNOWLEDGE IN THE NORTHEAST OF
THE NINETEENTH-CENTURY BRAZIL - ITS GEOGRAPHIES, ITS AUTHORS**

ABSTRACT – For decades, archaeological, geographical and historical institutes have been the main areas of production of geographical knowledge in Brazil. The Instituto Archeologico e Geographico Alagoano - IAGA, is the second institution of its nature implanted in Brazilian territory, still in the nineteenth century. We seek in the present work, to analyze the importance of this space of production and dissemination of knowledge about the Alagoan territory, showing the geography produced, especially by the classic authors of the then Alagoas Province of the nineteenth and early twentieth century, such as João Francisco Dias Cabral, Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão and Themistocles Soares de Albuquerque Leão, who developed seminal studies to understand the current state of Alagoas. Themes such as territorial formation, cities, production agricultural and cultural, among others, were pioneered by them, constituting the basis for further studies. In line with the theoretical propositions adopted (Almeida, 2003; Berdoulay, 1999; Moraes, 1996 e 2008; Tenório e Dantas, 2007; IHGAL, 2008; Detoni, 2021; Carvalho, 2015), the work presented was developed from three stages: (a) bibliographical research on the theme and the trajectory of geographic thought in Brazil; (b) recognition visits of the collection of the Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL (present denomination of IAGA) and (c) documentary research. Thus, it was possible to conclude that the Instituto Archeologico e Geographico Alagoano - IAGA, played a fundamental role in the systematization and production of knowledge about the Alagoan territory, especially the period that extends from its foundation, institutionalization of university education in Alagoas, in the mid-twentieth century.

Palabras Claves: Geographical Thought; Alagoas; 19th Century.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No século XIX, viu-se a necessidade de se criar sociedades e instituições que fomentassem a pesquisa e a confluência de ideias fora das universidades, tendo sido muito significativo na Geografia. Estébanez (1982) mostra que a partir do ano de 1821, com a criação da primeira sociedade geográfica, a Societé de Géographie de París, teve inicio a criação das sociedades e institutos na Europa, subsidiados pelo Estado com objetivo de servir ao colonialismo. Em 1838, inspirado por esse movimento europeu, nasce o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, fundado por Dom Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, visando despertar um sentimento patrio à população, conforme mostra Detoni (2021, p. 17). Na verdade, o IHGB tinha como pauta inicial “sistematizar a produção historiográfica até então elaborada no intuito de fortalecer um contorno identitário, uma fisionomia narrativa singular, ao jovem país” (Detoni, 2021, p. 17).

Ainda que não constituísse um dos seus objetivos, o IHGB também findaria inspirando a criação de outras instituições de natureza idêntica a nível regional. Em 1862, surge, na cidade de Recife, capital da província de Pernambuco, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano – IAGP, e em 1869, por iniciativa do presidente da província das Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, na cidade de Maceió, o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGA. Esta instituição cumpriu uma função de elevada importância ao aglutinar intelectuais e pensar as ciências, sobretudo a geografia, arqueologia e a história, no território alagoano. No dizer de Almeida (2004, p. 9)

tratava-se da “[...] formalização de um corpo de intelectuais destinados a pensar as Alagoas passa pela malha do poder de mando”, partindo do pressuposto que considerável parcela desses intelectuais estava vinculada as oligarquias locais e representava os seus interesses.

A CRIAÇÃO DO IAGA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O IAGA, ou Casa das Alagoas, como se referem Tenório e Dantas (2007), na sua obra sobre o Instituto, se utilizando da denominação recebida do povo alagoano, nos seus primeiros tempos, reuniu uma gama dos mais célebres intelectuais da província, a fim de escrever uma historiografia e uma geografia própria de Alagoas. Tenório (2019) ainda o descreve como um estranho casamento entre o erudito e o popular, utilizando-se das raízes originárias em um lugar restrito a eruditos para a difusão dos saberes em relação a sua população.

Para melhor compreender o Instituto, sobretudo do seu nascimento até os primeiros anos do século XX, é necessário resgatar o processo de formação do território alagoano, especialmente o interstício que se estende do século XVIII ao século XIX. Período essencial à compreensão das condições que propiciaram a criação do IAGA, visto que de acordo com Claval (2013, p. 1) “todo grupo tem a tendência de dotar-se de uma história: ela prova sua existência, lhe confere uma identidade e dá um sentido à ação que ele conduz. Esta história toma a forma de um discurso, um grande relato, de uma narração”.

Em relação a esses movimentos que constituíram base à criação do IAGA, a autonomia relativa de Alagoas, enquanto Comarca de Pernambuco, consiste num marco de grande relevância. Segundo Carvalho (2021, p.111) “depois de dois séculos de ocupação do seu território, Alagoas deixa de ser a “região sul da Capitania de Pernambuco” e por Carta Régia de outubro de 1706, passa a ter status político definido de comarca, com sede na Vila de Alagoas”, atual cidade de Marechal Deodoro.

Certamente, este foi o primeiro grande passo à uma autonomia de Alagoas em relação a Pernambuco. O desenvolvimento constante do território deu-se em decorrência da ascensão populacional que alimentava a cultura da cana-de-açúcar. Vale destacar que em Pernambuco, ocorreram nas primeiras décadas dos setecentos grandes conflitos que ecoavam na recém comarca, como a Guerra dos Mascates (1710 – 1711) juntamente com a mudança da capital, de Olinda à Recife (Carvalho, 2021).

Ademais, Alagoas apresentava um crescimento substancial nas suas principais vilas: Penedo, Porto Calvo e Alagoas do Sul. Então, foi criada na comarca, uma Câmara, formada por juízes ordinários e vereadores, em decorrência desse crescimento. Também crescia o número de povoados, legitimando a formação de novas freguesias, perfazendo um total de dez no século XIX, se juntando com as freguesias já mencionadas e a de Santa Luzia do Norte, com menos vulto, mas existente desde 1654.

Não obstante os seus significativos avanços, a comarca continuava sob a égide pernambucana, paulatinamente acumulando as relações econômicas que se estabeleciam no território, como os ciclos canavieiros e do algodão, pertencentes a elite provinciana. Entretanto, o que se sobressaiu foi a indústria da cana-de-açúcar, que perduraria como a sua principal atividade econômica até recentemente, e “[...] entronizada como a terra do açúcar”, conforme aponta Tenório (2023, p. 22).

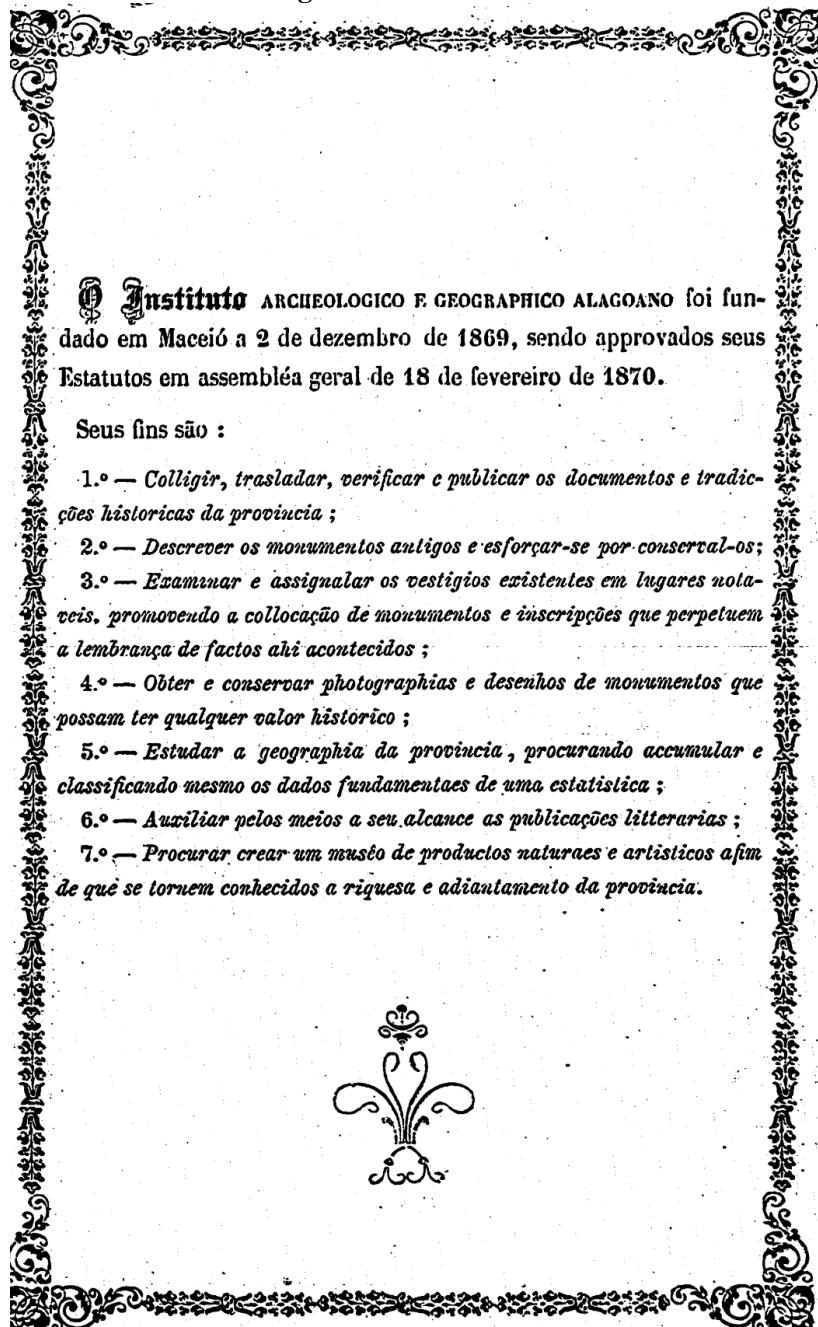
No início do século XIX, a porção do território que atualmente corresponde ao estado de Pernambuco, organizava um movimento revolucionário frente a Coroa Portuguesa visando a independência. A revolução eclodiu no dia 6 de março ano de 1817, na cidade de Recife, alguns dias antes do que estava previamente planejado. Poucos dias depois, a elite da Comarca de Alagoas, apoia e subsidia os planos reais para a deposição dos líderes revolucionários, levando-os a uma armadilha e capturando-os em território alagoano.

Após a queda do comando revolucionário, em 16 de setembro de 1817, Alagoas recebe a carta assinada por Dom Pedro I oficializando a sua emancipação em relação a Pernambuco, tornando-se

uma província independente. Para Carvalho (2021) a autonomia gerou um quadro favorável a prosperidade da fidalguia provinciana. Contudo, convém ressaltar que uma parte dos historiadores e estudiosos do tema, entendem que essa emancipação resultara do longo processo de desenvolvimento da economia alagoana, e que mais cedo ou mais tarde, findaria por acontecer.

Diante desse quadro de referência, fazia-se necessário construir e propagar uma marca alagoana, mostrando a sua geografia, a sua história e a sua identidade. Nesse sentido, a criação do IAGA, em 1869, teria um papel essencial. A sua “acta” de fundação é reveladora desse processo. Ademais, os objetivos constantes na referida “acta” e expostos nos primeiros números da revista (Figura 1) que entra em circulação três anos depois, ou seja, em 1872, reforçam esta afirmação.

Figura 1. Fins do IAGA



Fonte: Revista do IAGA. Número 2 – junho de 1873

A propósito, na secção de abertura do IAGA, afirmara José Bento da Cunha Figueiredo Junior, então presidente da província e idealizador do Instituto: “*Principia hoje o Instituto a exhibir os documentos que firmão sua utilidade e lhe dão jus a benevolencia do publico, attenta a necessidade de chamar-se à vida as cousas do passado, entregues ora a negação da ignorancia, ora as duvidas da indiferença.*” (1872, p. 1).

Notadamente, a fala de Figueiredo Júnior, ao tempo em que tem forte relação com os fins ou objetivos elencados, também acena ao projeto de construção de uma Alagoas agora “dona de si” e não mais uma parte de Pernambuco. Para Almeida (2004, p. 9) o interesse do Presidente da Província (a despeito da naturalidade pernambucana) foi determinante “à formalização de um corpo de intelectuais destinados a pensar as Alagoas”. Acrescenta o autor que a partir da escolha do Presidente da Província, “Alagoas estava pronta a responder ao chamado com um grupo de intelectuais, gerados, especialmente, por um grupo de bacharéis, professores e padres, todos eles representando o senhorial estabelecido” (Almeida, 2004, p. 10).

ALGUNS AUTORES PIONEIROS NA CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA DAS TERRAS ALAGOANAS

O nascimento do IAGA, trouxe consigo uma função maior que guardar a historiografia de Alagoas. Tornou-se um vislumbre ao futuro, conforme aponta o eminent historiador alagoano Abelardo Duarte nas comemorações do centenário do Instituto em 1969. Assevera Duarte (2008, p.145) que a “História não é apenas um documento; é mais ainda; é interpretação; é análise; é apreensão e entendimento dos fatos e de sua fenomenologia; é revisionismo; é crítica”.

Nesse sentido é fundamental analisar Alagoas através dos autores alagoanos, dos intelectuais que compuseram o IAGA em seu primeiro momento no século XIX: professores do Liceu Alagoano, religiosos, bacharéis em direito e medicina, além de políticos de alta relevância. Indivíduos de distintas áreas, contudo voltados a interesses comuns. Certamente, e constituindo o que Berdoulay (2003), denomina de “círculo de afinidade”, visto que

[...] abrange mais que a comunidade científica. Ele inclui especialistas de disciplinas muito diversas, assim como políticos ou intelectuais cujas posições quanto a questões sociais são conhecidas. Esta é a única forma de analisar as idéias de geógrafos que parecem isolados, mas cujo o ciclo de afinidade é muito revelador. (Berdoulay, 2003, p. 52).

A composição intelectual do IAGA, é bastante representativa do que propõe Berdoulay, especialmente se levar-se em consideração os seus 26 sócios fundadores e todos aqueles que viriam posteriormente. São intelectuais de diferentes formações e linhas de pensamento e que contribuíram significativamente à análise do território alagoano, conforme atestam os seus textos, publicados especialmente na Revista do IAGA. Mencione-se a título de exemplo, figuras como João Francisco Dias Cabral, Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão, Manoel Claudino de Arroxelas Jaime, ou aqueles que na condição de sócios correspondentes ou de sócio honorário também legaram a posteridade importantes fontes de informação sobre a Alagoas de então ou de tempos pretéritos, como José Prospero Jeovah da Silva Coroatá, Nicodemos Jobim, Americo Raposo, Themístocles Soares de Albuquerque Leão, Ladislau Netto dentre outros.

Entretanto, alguns desses intelectuais alcançaram maior relevância, seja no âmbito do IAGA ou no contexto político e social da província, da região e do país. Nesse sentido vale destacar a presença do Conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, primeiro presidente do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano, nascido na Cidade das Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro), em 1817. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela tradicional Faculdade de Direito de Recife, ocupou diversos cargos políticos em todo Brasil, passando por Mato Grosso, Paraíba, Maranhão, Ceará e Pernambuco. Foi Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Deputado Provincial, Presidente da Província das Alagoas em duas ocasiões, e Deputado Geral de Alagoas e Mato Grosso. Foi

agraciado por Dom Pedro II com o título de Conselheiro, e dirigiu o jornal *A Voz Alagoense*.

Uma outra figura importante nos primeiros tempos do IAGA foi Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão, nascido em 1842, e assim como Silvério Fernandes de Araújo Jorge, era formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Exímio redator, trabalhou no jornal *O Mercantil* em Maceió. Colaborou assiduamente com o Almanaque de Lembranças Brasileiro – ALMA. Também foi promotor público em Penedo e em Maceió, e juiz de direito em Porto Calvo no período entre 1875 e 1882, além de deputado provincial e deputado geral. É patrono da cadeira 22 do IAGA.

Um dos mais notáveis intelectuais do período e também sócio fundador do IAGA foi Thomaz do Bomfim Espíndola. “Com marcante atuação na instrução pública, na política e na administração da Alagoas provincial” (Silva, Carvalho, 2021), formou-se em medicina na Faculdade da Bahia em 1853. Mesmo jamais tendo publicado na Revista do IAGA, produziu uma basilar à geografia alagoana. Seus compêndios *Geographia physica, politica, historica e administrativa da província de Alagoas*, publicado primeiramente em 1860, e a segunda edição sob o título de *Geographia Alagoana: ou descrição physica, politica e historica da província das Alagoas* (1871), são matrizes às análises do território alagoano oitocentista. Foi professor de geografia, cronologia e história no Liceu Alagoano.

Tão notável quanto Espíndola e com atuação destacada no IAGA foi João Francisco Dias Cabral. Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto (entre 1869 e 1885), produziu uma série de textos e artigos de imensurável importância para a geografia. Nascido em Maceió, em 1834, diplomou-se em Ciências Médico-Cirúrgicas, na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi professor e diretor do Liceu de Artes e Ofícios, e também, do Asilo de Órfãs Nossa Senhora do Bom Conselho, médico do Hospital de Caridade de Maceió. Além de prestar serviços no Lazareto no Francês, durante a epidemia de *cólera-morbus*.

Na Revista do IAGA, Dias Cabral publicou uma gama de textos que vão de discussões teóricas acerca da Geografia mundial, às análises minuciosas das paisagens e seus agentes em escala local. O rigor científico e a preocupação com os avanços da ciência são marcas constantes da sua obra. Para ele, “não acompanhar esse movimento seria reduzir o entendimento à mais nociva das paralisyas” (Cabral, 1875, p. 230).

O TERRITÓRIO E AS “GEOGRAFIAS” DA PROVÍNCIA

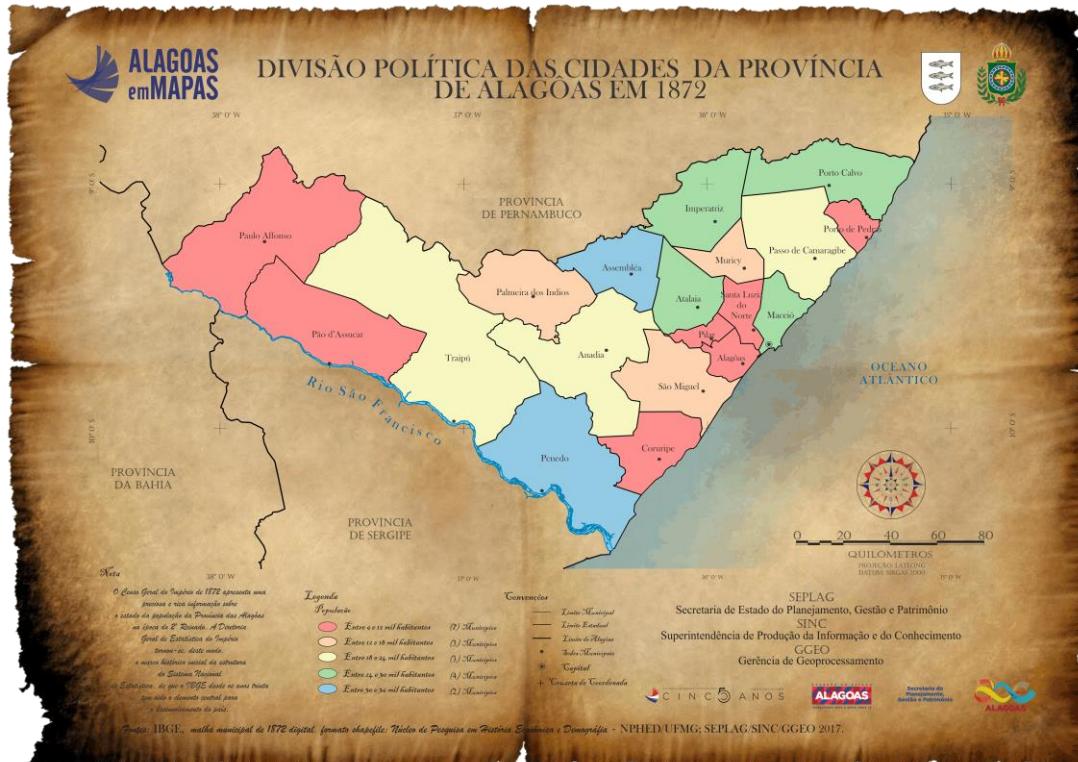
Entender as “geografias” inerentes a um território, permite a elucidação das dinâmicas espaciais e os métodos sob os quais faz-se a “geografia”, sobretudo quando se trata de tempos pretéritos, a exemplo do que se propõe no presente artigo. Quer dizer, o século XIX na província das Alagoas, no nordeste do Brasil. O uso da geografia entre aspas em relação aos escritos dos autores aludidos, está particularmente associado a formação que possuíam. Eram bacharéis em Ciências Médicas Cirúrgica ou Ciências Jurídicas e Sociais, formados em Salvador e em Olinda/Recife, principais centros intelectuais da época. Com efeito, o primeiro curso de geografia (e História) de Alagoas só seria implantado em meados do século XX.

Decerto, trata-se de uma geografia valiosa, como é possível constatar na Revista do IAGA, revelando cidades, vilas e distritos provinciais, a sua morfologia e aspectos naturais, com frequência apoiada na história, na filosofia e sobretudo na ciência de então, contribuindo à construção de um pensamento geográfico que muito se aproxima do que propõe Moraes (2008, p.13). Ou seja, que “abrange os discursos escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da terra, analisados pelas formulações filosóficas, literárias e científicas.” Dessa forma, se constituindo em

um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções de uma dada sociedade, num momento determinado, possuir acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e social produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo (Moraes 1991, p. 32).

É importante destacar que este acervo histórico, resgate das formas do espaço ao longo do tempo, sob diferentes olhares, também consiste num legado proporcionado por indivíduos que revelam conhecimentos do mundo, além das suas realidades. Assim percebemos nos autores aqui analisados – Olympio Euzébio, Themistocles Soares e João Francisco Dias Cabral, em seus escritos na Revista do Instituto Archeologico e Geographic Alagoano. Os textos selecionados tratam especialmente da geografia da província das Alagoas que possuía a configuração mostrada na imagem 2. São eles *Ligueira Noticia Sobre a Villa e Comarca de Porto-Calvo* (1877); *Memoria histórica, estatística e geographica de Olho d'Agua do Acioly* (1875) e *A Utilidade da Geographia* (1877), dos autores respectivamente citados. Vide legenda e fonte da Figura 2.

Figura 2. Divisão Política das Cidades da Província de Alagoas em 1872



O primeiro deles, Olympio Euzébio de Arroxellas Galvão (1842-1882), possui uma vasta obra evocando aspectos geográficos, históricos, sociológicos e políticos da província das Alagoas. No pequeno artigo intitulado “Ligueira Noticia sobre a Villa e Comarca de Porto-Calvo” publicado no número 10 da Revista do IAGA, em dezembro de 1877, o autor retrata a porção mais setentrional da província com propriedade. Trata da sua geografia e destaca a relevância histórica como ponto estratégico no caminho de Recife até o Rio São Francisco. Descreve o povoado no século XVII e a fundação de uma igreja paroquial que serviu de limite entre as freguesias que faziam a divisa entre Alagoas e Pernambuco.

Nessa perspectiva, mostra o processo de desenvolvimento de Porto Calvo desde os primórdios quando era apenas um povoado e, depois, distrito até 1636, quando foi elevado à vila com o nome de Villa do Bom-Sucesso. De forma contextualizada territorialmente, mostra como o litoral norte foi se configurando com o surgimento de novos povoados, distritos e comarcas, a exemplo da própria Porto-Calvo, criada em 1852 e de Passo de Camaragibe em 1864, outrora parte componente da anterior. Galvão (1877, p. 285) também destaca a vila de Maragogi, “situada no litoral entre o rio que lhe emprestava nome e o dos Páos, á meia legoa do sul da Barra – Grande”, dada sua proximidade a Porto-Calvo. Ou ainda a criação de povoados como Sant’Anna, Jacuipe e Leopoldina.

Do ponto vista da economia, ressalta que “a fonte de prosperidade e riqueza é a lavoura da canna do assucar, trabalhada em 117 engenhos, que produzem mais de 280 mil arrobas anualmente. A frequezia de Maragogi possue 45 delles e a de Porto-Calvo 72.” (Galvão, 1877, p. 286). Consistia no sustento econômico das oligarquias locais. Para o consumo dos moradores não havia importação de alimentos, eram “igualmente” cultivados naquela região, conforme esse autor, que conclui afirmando que “o sólo produz o algodão, o café (superior), milho, arroz, fumo, o coco, mandioca, a batata, e um sem numero de outras plantas uteis, cultivadas somente para consumo” (Galvão, 1877, p. 286).

Galvão também trata sucintamente da “instrucção publica de primeiras letras” de Porto-Calvo, contendo 5 escolas. Sendo 2 em Jacuibe, 2 na vila, 1 na Leopoldina. Além de mais 5 em Maragogi: 2 na vila, 1 na Barra Grande, 1 em Peroba e 1 em São Bento. Da mesma forma mostra o quantitativo dos eleitores:

Como circunscrições eleitorais, a freguezia de Porto-Calvo qualificou em 1876 o numero de 1,789 votantes e dá 37 eleitores; a de Maragogi 921 votantes, e dá 26 eleitores; cada uma fórmula um collegio eleitoral, sendo annexada ao de Porto-Calvo a freguezia de Porto de Pedras com 16 eleitores. (Galvão, 1877, p. 286).

No que se refere a população de Porto-Calvo, o autor a qualifica como ordeira e pacífica, refletindo um ambiente tranquilo e pacífico:

A feição caracteristica da população actual é boa; os habitantes são laboriosos, pacíficos e obedientes á lei; honestos e religiosos sem ostentação; livres e independentes, mas não ruspquentes e obstinados; e não exageramos assegurando que, de ha muitos annos, a comarca de Porto-Calvo distingue-se por uma paz inalterável, por um bom senso de honra aos seus habitantes, mais dados ao trabalho e á reflexão do que á paixões incandescentes de lutas estéreis da politica aldean que tanto abate o espirito do povo. (Galvão, 1877, p. 288).

Percebemos dessa forma, que o olhar de Galvão em relação a população de Porto-Calvo, assim como acontece no decorrer de todo o texto, caminha em conformidade com o segmento social do qual era oriundo. Ou seja, sua posição social como parte da elite alagoana e como juiz de direito da própria cidade de Porto-Calvo, revelando concepções que orbitam a sua visão de mundo e consequentemente, a sua leitura territorial. Dessa forma, podendo condicionar “[...] tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele.” (Moraes, 1996, p. 44).

O segundo texto, *Memoria histórica, estatística e geographica de Olho d'Agua do Acioly*, de autoria de Themistocles Soares de Albuquerque Leão, foi publicado no número 6 da Revista do IAGA, em junho de 1875. Consiste numa descrição dos aspectos físicos e humanos de Olho d'Agua do Acioly (atual cidade de Igaci, localizada na porção agreste de Alagoas), fundada pelo presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em 1869.

Na época, se constituía num distrito com cerca de 600 habitantes distribuídos em 160 casas, subordinado à jurisdição eclesiástica e civil da comarca de Palmeira dos Índios, conforme descreve o autor. Leão faz referência a um “plano de povoação”, que contia os pontos onde as pessoas deveriam conviver, como as duas praças, uma delas a da igreja; mostrando as ruas e suas conexões, os cemitérios a casa de açougue. No que se refere a instrução pública, destaca que era composta por com duas escolas públicas, a primeira fundada em 1864 por Roberto Calheiros de Mello, só para meninos, e outra fundada por José Bento da Cunha Figueiredo Junior para meninas, e uma terceira, de natureza privada também somente para meninos. Possuía 16 “casas de negocio”, duas pertencentes a italianos, mais duas portuguesas e as demais, “nacionais”.

Leão faz uma descrição do meio natural de forma bastante intimista e romântica referindo-se a Olho d'Agua do Acioly como lugar situado as margens de corpos d'água, e no pé do planalto da

Borborema, que no inverno está “mergulhada nas aguas, é como um pântano que fluctua para a banda leste, pelo verão em que a natureza está dessecada e morta pelo sopro e sécca, é uma massa de verdura sombria, é um oásis” (1875, p.132). O autor também afirma que o distrito estava localizado no Sertão alagoano, mas na atual regionalização do estado, localiza-se no Agreste.

Classificando a região como sertaneja, o autor mostra que em meio as vilas e povoados que formavam Palmeira dos Índios, está o citado distrito, localizado entre os rios Coruripe e Traipu, além da “extensa e fertilissima cordilheira da Palmeira dos Indios, base dominante. Estas duas serras – Verde e dos Olhos d’Agua, empinadas e cônicas, guarnecem a povoação á leste e á oeste, á semelhança de duas muralhas ou pyramedes do Egyto” (Leão, 1875, p. 134). Deriva dessa rica geomorfologia, com muitos olhos d’água existentes o nome do distrito, junto a uma homenagem à um dos primeiros moradores do local, Ignácio Acioly.

O autor também descreve sobre a importância da rede hídrica local, destacando o rio que por ali passa e favorece a vida através dos usos da água. Leão (1875, p. 131 – 132) também afirma que ao se canalizar a água do rio perde-se a qualidade para consumo. Pois,

No fundo das casas de outra rua – a da Feira – a agua em filtração borbulha e cresce á flôr da terra em diversas cacimbas de serventia dos moradores, [...] Aqui principalmente a agua é crystallina e optima, mas degenera pelas enxurradas do inverno e falta de asseio das travessas e quintaes, onde se ião e vivem manadas de animaes caprinos, suínos e ouros. Adiante o arroio se canaliza atravez da sua fronteira, onde a agua passa a ser salitrosa e pesada em qualquer estação, servindo apenas para bebida de animaes, lavagem de roupa e serviço de cosinha. (Leão, 1875 p. 131-132).

Ademais, disserta sobre os principais vetores econômicos que inseria Olho d’Agua do Acioly nos fluxos econômicos regionais, a nível de comarca e de província, bem como a produção local que sustentava a população. As plantações no frutífero solo, que brotam bananeiras, goiabeiras, mamoeiros por toda parte, ou coqueiros, abóboras, melancias, cereais e outros. Constituía a base alimentar dos habitantes. Já as safras de algodão, cana-de açúcar e de milho dão vida à economia, contando com máquinas para o tratamento do algodão, movidas a tração animal e também humana. Também havia a “industria” do gado, como se refere o autor. Mas essas culturas só far-se-iam presentes nos períodos de chuva regular, pois sem a água das chuvas, conforme afirma, um ano intenso de seca destrói a prosperidade de muitos, causando “desolação e morte!” (1875 p.135).

O último texto analisado é de autoria de João Francisco Dias Cabral, intitulado *A Utilidade da Geographia*. Carrega uma perspectiva distinta dos demais anteriormente citados, caracterizados sobretudo por descrições românticas do meio natural, bem como evidenciar a riqueza e o desenvolvimento dos lugares da província.

O autor divide o texto em três principais pontos temáticos. A primeira consiste em uma reflexão de cunho teórico da geografia, onde tece críticas à geografia então desenvolvida, que consistia na decoração de nomes de rios, formas do relevo terrestre, nomes de países etc. Para ele, aqueles que assim procediam,

Nas horas da calma reflexão conhecerá a fatuidade de sua sabedoria, vasia já a memoria d’aquele amontoado de designações que não valiam o conhecimento do phenomeno o menos complicado. Não chamem á isso estudo, é parvoíce, não é sciencia é empyrismo, não dissipia as brumas da ignorancia, tolda antes o pensamento, serve para automatos, mas prejudica ao homem, e no dia em que o discípulo submetido á tão debilitante regimen quizer procurar uma profissão conhecerá a fundura de sua inepcia. (Cabral, 2020, p. 2).

Fica evidente a preocupação do autor com uma ciência que deveria servir à sociedade, com profundidade e conhecimento, e não um “conhecimento” que de nada vale, ou mesmo estagnado. Ainda mais a geografia. Daí, afirmar que “sciencia vaga vale menos do que lingua morta”. Trata-se de uma prática que reduz a complexidade do mundo a fórmulas que fantasiam os fenômenos e dessa forma,

Só a custo principia radicar-se no espirito publico a vantagem resultante dos estudos scientificos e, à parte a applicação de mingoadas regras ás profissões mais usuais,

reduz-se o cabedal dos conhecimentos á formulas vagas, antes adorno da memoria do que seguro peculio às necessidades publicas. (Cabral, 2020, p. 1).

João Francisco Dias Cabral foge das simples descrições territoriais e paisagísticas na busca de entender as configurações territoriais do seu tempo, passando por uma análise histórica, cultural, antropológico e geográfica. Então, busca entender o desenvolvimento da geografia na Europa, que naquele momento se constituía na grande referência à intelectualidade brasileira. Haja vista a importância que possuíam as sociedades de Geografia (Paris 1821, Berlim 1828, Londres 1830). Ou ainda, os institutos geográficos, patrocinadores das pesquisas geográficas e os descobridores, denominados de sábios, e que de acordo com Cabral (2020), diferiam de outros que outrora faziam essas explorações.

A segunda parte desse importante texto é dedicada aos exploradores e as explorações geográficas, onde destaca que as explorações realizadas no continente africano foram tidas como inovadoras e ricas em seus resultados, elevando o patamar da ciência. Entretanto, não deixar de reconhecer que foi também a exploração daquelas terras por cavaleiros em busca de riqueza e fama, deixando “lugares devastados pelo commercio de escravos, reduzidos os naturaes à habitações lacustres, unicos abrigos da perdida liberdade.” (Cabral, 2020, p. 2-3).

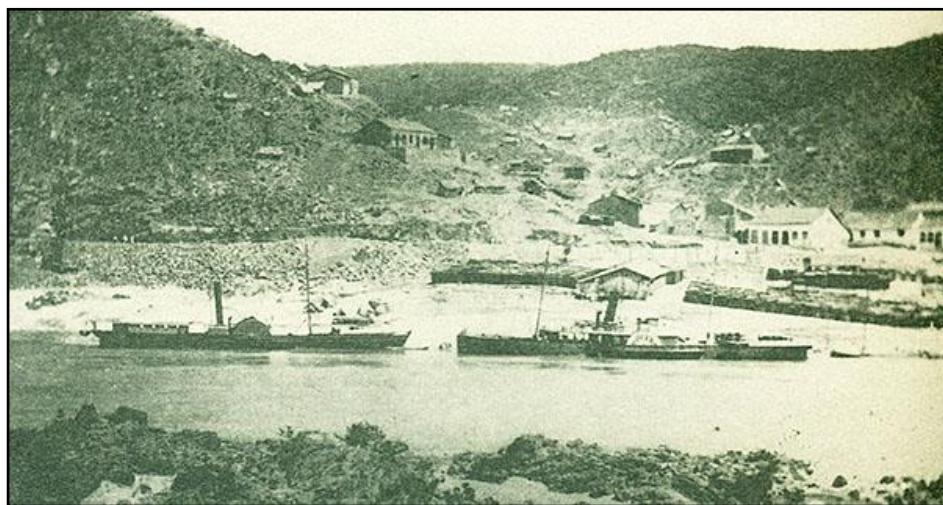
Dias Cabral se mostrava sintonizado com os estudos que rodeavam o mundo do seu tempo, as explorações científicas de viajantes e naturalista como Augustus Heinrich Petermann; Francisco Pizarro González; David Livingstone; Henry Morton Stanley; Alexander Emmanuel Rodolphe Agassiz; Aimé Johann Baptist Spix; **Peter Lund** e Alexander von Humboldt, dentre outros.

A terceira e última parte de “A utilidade da Geografia”, diz respeito a uma reflexão que o geógrafo faz sobre a sua cidade, Maceió. Começa fazendo alusão ao “mappa florestal das Alagoas” de 1809, que contém conhecimentos da rica fisiografia local e mostra a divisão da região costeira, com grandes florestas e o sertão com seus cactos espinhosos. Também trata do canal da Ponta Grossa, de 1840. Naquele momento o Trapiche da Barra era o principal canal de comunicação entre Maceió e os povoados do outro lado da laguna, e que de acordo com Cabral,

Em 1846 ainda não se achava terminada a obra, vigorando o desejo de prolongar a abertura até a boca de Maceió, onde se construiria o cíes de desembarque. Todas estas esperanças frustrou-as a natureza do leito do canal e em 1852, já obstruída a levada, declarou o engenheiro Marcolino que sem o auxílio de barcas de escavação era impossível a remoção dos obstáculos. De dia em dia fugiram as águas, a valla e reduziu à lama, o canal ficou rego e hoje pede a hygiene seja entulhados os atoleiros para que sobre o sólo fixo se assentem os trilhos que liguem a margem da lagoa á praça do mercado. (Cabral, 2020, p. 5).

Ademais, o autor ainda relata os avanços técnicos dos transportes, destacando as explorações no Rio São Francisco, devido sua valiosa fluidez e a presença dos navios a vapor (imagem 3), já presentes em Alagoas desde 1854 (Texeira, 2016), juntamente com a via férrea que então percorria 90 km no território, diminuindo as distâncias, e comenta que o

Relatório sobre os estudos técnicos da via-ferrea das Alagoas pelo sr. Hugh Wilson.
– Tiveram princípio as explorações em 1869 e só em 71 é que foram apresentados os mappas em número de seis. Chega o comprimento da estrada a 90 quilometros sendo a bitola de um metro, demonstrando o perfil longitudinal a pouquidade dos embaraços, pois à parte da construção de algumas pontes podem as curvas suprir os gastos das escavações, subindo o nível dos trilhos no final da linha a 134 metros acima do ponto de partida. (Cabral, 2020, p. 6).

Figura 3. Navegações no Rio São Francisco no porto de Piranhas em 1860

Fonte: www.canoadetolda.org.br. Acessado em: 18/02/2024

Por fim, com propriedade, o autor tece comentários à um importante mapa – “*Mappa da população da província das Alagoas em 1825. – Organisado pelo secretario do governo José de Souza e Mello.*” (Cabral, 2020, p. 6). Tal mapa afirma que em 1825 havia uma população total de 126. 991, composta por brancos, pardos, pretos e índios, correspondendo a: 31, 250; 55,918 (5,572 cativos); 31,427 (20,138 escravos); 31,427; respectivamente. Já em 1872, como citado por Dias Cabral, o primeiro recenseamento oficial de Alagoas constou um total de 348,009 pessoas, das quais 35,741 eram escravizadas. Essa população correspondia a “brancos 88,798, pardos 210,802, pretos 42, 045, indios 6,364. Em meio seculo triplicou o total, segundo os dados fornecidos por tais trabalhos, que concorda com os preceitos de Malthus, quando affirma que de 25 em 25 annos duplica a população.” (Cabral, 2020, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IAGA constituiu-se como uma das mais importantes instituições de produção e difusão de trabalhos geográficos não somente de Alagoas, mas do Nordeste e do Brasil do século XIX. Através dos textos aqui trazidos à luz, observamos que a produção desenvolvida no instituto é majoritariamente voltada ao território alagoano, semelhante ao que fizera o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil construindo uma história e uma geografia em busca de uma identidade para Brasil (Detoni, 2021).

Concordamos com Vilar (2017, p. 66) quando assegura que “o IAGA apresentou-se como um lugar de destaque da produção de conhecimentos geográficos, principalmente por meio de recolha e produção de documentos, discursos [...]” a partir de uma elite local daquele período. Os três autores evocados, Olympio Euzébio, Themistocles Leão e João Francisco Dias Cabral, são exemplos claros dessa realidade, na busca de construir a imagem de uma Alagoas emancipada e próspera.

Entretanto, Dias Cabral, mesmo fazendo parte desse grupo, de alguma forma destoa dele através do seu fazer humano e intelectual. É vanguardista quando se propõe investigar as bases teóricas da geografia, criticando o reducionismo da disciplina e propondo que a mesma deveria servir aos interesses comuns da sociedade, sempre visando melhorias sociais, sobretudo para aqueles que mais precisavam, como pretos, indígenas, pobres e doentes.

Ou ainda, avançar no reconhecimento da importância da disciplina, quando de forma lúcida, segura, e até poética, afirma que “[...] a geographia é uma realidade não um sonho, aconselha e não

erra, auxilia e não perturba; na terra é a corrente do agrimensor, o arado do camponio, a materia prima do operário; nas aguas é a vela da concordia, a bussola do commercio, a ancora da industria; nos ares é a chuva que fertilisa o trabalho, o sol que aquece a seára, a estrella que guia os fortes, o santedmo que aponta a redempção aos fracos.” (Cabral, 2020, p. 6-7). Portanto, mostrando-se consciente em relação a importância dos conhecimentos geográficos e por conseguinte, da geografia. Uma presença marcante no meio intelectual e humanista das Alagoas do século XIX e que juntamente com Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão, Themistocles Soares de Albuquerque Leão, dentre outros anteriormente citados, construíram importantes bases à compreensão da Alagoas de hoje.

AGRADECIMENTOS

A comissão organizadora do evento V Jornadas de Trabajo Sobre Investigaciones Recientes en História da Geografía y Geografía Histórica, da Rede de Investigaciones Históricas em Geografía – RIHG, especialmente os Professores Rita Bruschi, César Cutinella e Fernando Pesce Guarnaschelli. O empenho de vocês é louvável. Ao Instituto de Professores Artigas de Montevideo – Uruguai, por acolher as atividades do encontro e apresentação dos trabalhos. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA, por disponibilizar a Revista Contexto Geográfico para publicizar os nossos trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sávio de. Dois Textos Alagoanos Exemplares. Maceió: Funesa, 2004.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. vol. 62 – A. Tomo I. Brasília: Senado Federal, 2005.
- _____. ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. vol. 62 – B. Tomo II. Brasília: Senado Federal, 2005.
- BERDOULAY, Vicent. A Abordagem Contextual. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, v. 16, p. 47 – 56, 2003.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. Formação Histórica de Alagoas. 6 ed. Maceió: Edufal, 2021.
- CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. Josué de Castro nos encalços da Geografia Francesa: decifrando os meandros de um diálogo geográfico. Revista Contexto Geográfico, Maceió, v. 1, n. 1, p. 1 – 12, 2016.
- CLAVAL, Paul. Como Construir a História da Geografia? Terra Brasilis: nova série, v. 2, p. 1 – 22, 2013.
- DETTONI, Pietro Di Cristo Carvalho. “Pacifica Scientiae Occupatio”: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CABRAL, João Francisco Dias. A Utilidade da Geografia. Revista do IAGA. Maceió: n. 9 Typografia do Jornal das Alagoas, p. 240 – 247, 1876.
- CABRAL, João Francisco Dias. A Utilidade da Geografia. Revista Contexto Geográfico. Maceió: v. 5, n 9, p. 1 – 7, 2020.
- CABRAL, João Francisco Dias. Notas Acerca dos Últimos trabalhos Geográficos. In: SILVA, Roberval Santos da; SILVA, Tarcyelma Maria de. Esboço Histórico Antropológico da Província das Alagoas. Cesmac. Maceió, 2023.
- ESTÉBANEZ, José. Tendencias y Problemática Actual de la Geografía. Madrid: Cincel, 1982.
- GALVÃO, Olympio Euzébio de Arroxelas. Ligueira Noticia Sobre a Villa e Comarca de Porto-Calvo. Revista do IAGA. Maceió: n. 10 Typografia do Jornal das Alagoas, p. 183 – 288, 1877.
- INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO de ALAGOAS. Dados Históricos. Maceió: IHGAL, 2008.
- _____. Dias Cabral. Maceió: IHGAL, 1925.

- LEÃO, Themistocles Soares de Albuquerque. Memoria histórica, estatística e geographica de Olho d'Agua do Acioly. Revista do IAGA. Maceió: n. 6 Typografia do Jornal das Alagoas, p. 131 - 137, 1875.
- LINDOSO, Dirceu. Interpretação da Província: estudos da cultura alagoana. 3 ed. Maceió: Edufal, 2015.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. 3ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. Ideologias Geográficas. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PLEKHÂNOV, Guiorgui Valentinovitch. O Papel do Indivíduo na História. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SANTOS, Milton. A responsabilidade social dos geógrafos. Revista Contexto Geográfico. Maceió, v. 7, n. 15, p. 1 – 9, 2022.
- _____. A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2020
- SILVA, Pedro Henrique Nunes, CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de; ROSAS NETO, Renan Rubert. Um discurso geográfico sobre a província das alagoas: análise dos compêndios de geografia de Thomaz Espíndola. Encontro Nacional de Geógrafos. XX, 2022, São Paulo, 2022, Anais XX ENG. p. 1 – 11.
- SILVA, Pedro Henrique Nunes. A emancipação das alagoas a partir do pensamento geográfico de thomaz do bomfim espíndola. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78260>>. Acesso em: 17/07/2024.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. Maçaió – K, Maçayó, Maceió. Maceió: Cesmac, 2019.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. A Geografia, a História e o Capitalismo no Território Alagoano. In: CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. Leite, LEITE, Angela Maria Araújo; MEDEIROS, Dhiego Antonio de. Dois Séculos de Capitalismo no Território Alagoano, Novos Discursos, Antigas Contradições. Maceió: Edufal, 2023.
- TENÓRIO, Douglas Apratto, DANTAS, Carmem Lúcia. A Casa das Alagoas: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.
- TEIXEIRA, L. Vapores e escravos no penedo, alagoas, na década de 1850. Saeculum, n. 34, p. 123–142, 2016.
- ROSAS NETO, Renan Rubert. CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. Contribuições da Revista do IAGA na Difusão de Conhecimentos Sobre o Território Alagoano no Nordeste do Brasil na Segunda Metade do Século XIX. In: JACINTO, Rui. Novas Fronteiras, Outros Diálogos: as novas geografias dos países de língua portuguesa. N° 45, Guarda, Âncora, 2023.
- VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. A conformação da geografia escolar na Província das Alagoas oitocentista (1844 – 1890). 2017 (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2017.